

Diversidade de ajustes é conflitante

Os economistas que administram o dia-a-dia do plano de ajuste estão às voltas com os conflitos gerados pelas diversas políticas aplicadas e buscando uma posição de equilíbrio que possa garantir a superação das dificuldades que serão vividas nos próximos 90 dias, quando da forma como for conduzido o período de flexibilização de preços dependerá o comportamento inflacionário.

Esses conflitos, que têm sido analisados nas reuniões de avaliação que o ministro Bresser Pereira realiza com sua equipe e técnicos do Banco Central, além do professor Francisco Lopes, ocorrem tanto no plano interno como no exterior, e para alguns especialistas é difícil superá-los, sendo mais prudente buscar formas de convivência.

Com o propósito de inibir o consumo, considerado o inimigo número um do novo Plano Cruzado, o Governo decidiu-se por manter elevadas as taxas de juros, com alguns pontos percentuais cima da inflação. O pretexto é evitar a formação de estocagem especulativa que poderia ser desovada após o período de congelamento dos preços.

Contudo, a manutenção, por um largo período, de

elevadas taxas de juros, está contribuindo para inibir os investimentos produtivos e estimula a concentração de todas as aplicações no curto prazo. Ao mesmo tempo, reduz a atividade econômica global, na medida em que promove uma desaceleração do consumo, já constatada nas estatísticas do comércio e da indústria relativas ao mês de agosto.

Para enfrentar a remonetização da economia e o excesso de dinheiro no mercado, provocado pelo ingresso de 1 bilhão de dólares mensal de superávit comercial e a transformação em cruzados dos dólares depositados pelos exportadores no Banco Central, o Governo apela para a transferência maciça de recursos do setor privado para o estatal, mediante a imposição de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos a vista e a prazo e a imposição de novas restrições à aplicação das reservas das instituições financeiras privadas.

As contas do balanço de pagamento experimentaram, a partir de junho, uma sensível melhorai, gracas à obtenção de superávits comerciais na média mensal acima de 1 bilhão de dólares, resultante, dentre outros fatores, da ex-

pansão dos preços das commodities exportadas e também do desempenho excepcional das exportações de manufaturados, especialmente automóveis.

Contudo, a transformação, em cruzados, de 1 bilhão de dólares ao mês está expandindo exageradamente os agregados monetários (meios de pagamento e base monetária) que tiveram, nos últimos dois meses, uma variação acumulada acima de 40 por cento. Só em agosto as contas cambiais pressionaram as contas monetárias em pelo menos Cz\$ 60 bilhões.

Por outro lado, para manter elevada a taxa de juros, o Governo permite que a correção cambial se distancie da taxa de remuneração das LBC. Resultados: os exportadores sacam seus depósitos em dólares no Banco Central e os transformam em cruzados, os quais financiam o capital de giro ou aplicam no open, obtendo ganhos de até três pontos percentuais, correspondentes à diferença entre a correção cambial e a taxa das LBC.

Esse movimento provoca uma expansão ainda maior da base monetária, pois o Governo é obrigado a emitir para pagar os cruzados correspondentes aos dólares sacados do Banco Cen-

tral. Tentando fechar essa torneira, o Governo deliberou aumentar o ritmo da correção cambial, de modo a aproxima-la mais da LBC e, com isso, eliminar o diferencial que está sendo aproveitado pelos exportadores/aplicadores.

Ocorre que mexer na taxa cambial é sempre uma operação complicada, e uma correção do dólar acima da inflação poderá remunerar os exportadores, por um lado, fornecendo um estímulo ainda maior às exportações, mas por outro torna mais caras as importações, pressionando a inflação, e aumenta a dívida em dólares das empresas, inclusive as estatais. E mais um conflito a ser administrado pela equipe econômica.

Porém os próprios técnicos admitem que é no controle da inflação que reside o maior desafio ao Governo. A partir desta terça-feira será oficialmente aberto o período de flexibilização dos preços, tendo o Governo classificado em quatro itens, esses preços, para efeito da execução do plano: os estritamente controlados pelo CIP; os controlados pelo CIP; os sujeitos a teto de variação máxima igual à variação percentual da URP e os liberados.